13 de março – Greve Nacional da Administração Pública arranca a todo o vapor

13 Março, 2016

Sindicatos da Frente Comum convocam greve geral da Administração Pública, a 13 de Março de 2015, contra as políticas de austeridade do Governo de Passos Coelho/Paulo Portas.

As políticas de cortes salariais e destruição da Administração Pública, primeiro com o PRACE, depois com o PREMAC, a que se seguiu a Troika e agora o Tratado Orçamental não podem continuar. A agressão contínua aos trabalhadores e a destruição das funções sociais do Estado, agora agravada com a tentativa de municipalização da saúde, educação, segurança social e cultura, representa uma tentativa de reconfiguração do Estado e de destruição do acesso de todos aos direitos constitucionalmente garantidos.

Entre 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2014 o número de trabalhadores da Administração Pública diminuiu em 71.365.

Entre 2011 e 2015, as despesas com pessoal das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) sofreram um corte de 27,9% (menos 4.680,3 milhões de euros), entre 2010 e 2015 o ganho médio liquido mensal real dos trabalhadores da Administração Pública diminuiu em 18,2%, mas o ganho médio liquido real hora (valor hora) dos mesmos trabalhadores reduziu-se em 28,4%. Em 2015, os 655.000 trabalhadores da Administração Pública farão 150,6 milhões de horas de trabalho gratuito, o que corresponde a 1.603,8 milhões de euros que não receberão por força do aumento para as 40 horas semanais.

A Administração Pública e os serviços públicos estão pior: no sector da saúde, a falta de trabalhadores tem levado à situação caótica que todos conhecemos. Mortes nas urgências, esperas de horas intermináveis, falta de medicamentos. Por todo o país os trabalhadores da saúde estão a aderir massivamente, em defesa das suas condições de trabalho e em defesa do Serviço Nacional de Saúde, como comprovam os primeiros dados.

A Frente Comum saúda todos os trabalhadores em greve na certeza de que esta será uma grande jornada nacional de luta e um sinal inequívoco ao Governo de que tem que se demitir e que uma política de defesa da Administração Pública e da Constituição da República Portuguesa é urgente e necessária!